

Eu, menina negra – reflexões pós-simpósio Sernegra

I, black girl – reflections after being black seminar

Zora Yonara Torres Costa, Instituto Federal de Brasília – Campus Gama, zora.costa@ifb.edu.br

Resumo: Este ensaio é o resultado do trabalho apresentado no Seminário Sernegra, em 2013, que foi organizado pelo Instituto Federal de Brasília – IFB. Propõe refletir se é possível uma pessoa negra viver, diante do racismo no modelo de sociedade vigente. Sendo assim, a abordagem teórico-metodológica utilizada neste trabalho foi catalogar casos de racismo e fazer uma reflexão acerca da violação de direitos das pessoas negras. Destaca-se que as ações afirmativas da Universidade de Brasília – UNB registraram dados que demonstram a importância das cotas raciais, pois nos últimos quatro anos, cerca de 41% dos novos alunos e alunas que ingressaram na UNB são negros e negras. Existe também uma pesquisa realizada em 2010 pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – RITLA, com quase dez mil estudantes de escolas públicas do Distrito Federal, que demonstrou que infelizmente o racismo impera e é naturalizado no espaço da escola. Cerca de 55,7% dos alunos admitiram ter assistido a situações de discriminação racial dentro do colégio. O presente trabalho também propõe refletir sobre as violações de direitos, como racismo, as implicações em relação à exploração sexual e trabalho infantil, e estabelecer um debate da atuação dos IF's nesta desconstrução do racismo por meio da educação.

Palavras-Chave: Criança Negra; Racismo; Identidade; Violência.

Abstract: *This essay is the result of the work presented at the Being Black Seminar in 2013, which was organized by the Federal Institute of Brasilia - IFB. It proposes to reflect whether it is possible for a black person to live with the racism of the current social model. Thus, the theoretical-methodological approach used in this work was cataloging the racism cases and making a reflection about the violation of the black people's rights. It is noteworthy that affirmative actions at the University of Brasilia - UNB reported data that demonstrate the importance of racial quotas, because in the past 4 (four) years, about 41% of the students who joined the UNB are black men and women. There is also a research made in 2010 by the of Latin American Technological Information Network - RITLA, with almost 10 (ten) thousand students from public schools at Federal District, which proved that unfortunately the racism prevail and it is naturalized in the school's space. Approximately 55.7% of the students confess they have seen situations of racial discrimination in the school. This article also intends to consider about the rights violations, like racism, the implications of the sexual exploitation and child labor and establish a discussion about the IF's performance in this racism deconstruction by the education.*

Keywords: *Black child; Racism; Identity; Violence.*

Este ensaio estabelece um diálogo acerca da visão que foi naturalizada ao longo dos tempos acerca do racismo, bem como os discursos velados que sutilmente são disseminados nos espaços privados e públicos com o intuito de destituir a identidade negra. Logicamente os conteúdos racistas atingem subjetivamente e coletivamente este “eu” que aqui significa a diversidade como classes sociais, identidades de gênero e as orientações sexuais, bem como adolescentes e adultos que são públicos dos Institutos Federais – IF's.

Certamente, quando o racismo toca o “eu”, esse contato é devastador. Um mal que é invisível e tem um poder destruidor. Este pode retirar a capacidade de reconhecimento da identidade negra. Quantas vezes se identificam discursos e ideias em que o racismo parece não estar presente? E quantas outras vezes esse mal é propagado pelos meios de comunicação – jornais, programas de TV – e nos espaços públicos, como algo muito comum e aceitável. A exemplo, a personagem Adelaide, do Programa Zorra Total, da Rede

Globo, em uma fala disse: “durante a enchente não pude ficar sem minha palha de aço, daí corri atrás para pegá-la, e quando vi, eram os cabelos da minha filha”.

Para além dos programas de entretenimento, existem outras obras e também pesquisas que marcaram a história com conceitos às vezes controversos e permeados de contradições, muitas vezes carregados de conteúdo racista. O romance “Casa Grande & Senzala”, publicado em 1933, de Gilberto Freire, sustenta o conceito de democracia racial. Esse conceito é considerado por alguns estudiosos da temática como um mito, pois identifica a miscigenação entre as raças como a principal demonstração de que no Brasil não tem racismo. E é visível que há racismo; basta ver os noticiários e os fatos. Assim, deve-se estar atento(a) para os diversos discursos que mascaram e naturalizam o racismo.

Muitas vezes o pensamento perpetuado de que o Brasil por ser um país multirracial e plural não tem racismo está equivocado. O modelo de sociedade vigente cria estruturas naturalizantes que propagam o que Hannah Arendt (1906-1975) denomina de *banalidade do mal*, utilizado aqui para descrever o racismo. O conceito criado por Arendt em seu livro *Eichmann em Jerusalém*, neste ensaio, refere-se às práticas e falas racistas.

A expressão *banalidade do mal* chamava a atenção para a maneira pela qual o mal pode se tornar um assunto apenas burocrático que domina o fazer político. E isso significa que para a intervenção Estatal é primordial o rompimento com o fazer meramente burocrático quando se trata do racismo. Para tanto é necessário o combate a esse mal, de forma assertiva, nos aspectos técnico, operacional e político das Políticas Públicas, devendo superar a burocracia.

De fato, existe uma banalidade das crueldades e violência a que a população negra foi submetida. O racismo é cruel, como mostra a frase pichada em um muro de uma escola em São Paulo: “Vamos cuidar do futuro de nossas crianças brancas” – esta acompanhada da suástica nazista.

Facilmente se encontram na internet e nos jornais casos de pessoas que vivenciaram momentos violentos – em que sofreram racismo ou injúria racial, a exemplo de um garoto que teve sua matrícula impedida na escola, em Guarulhos, São Paulo, porque tinha um cabelo grande e crespo. Esse caso ocorreu no ano de 2013; a escola ainda registrou na agenda do aluno que o “corte não é usado aqui no colégio”, impedindo o acesso da criança à escola e, consequentemente, ao direito à educação.

Como enfrentar o racismo na escola, espaço que deveria ser de respeito à diversidade? O modelo de sociedade vigente construiu formas que discriminam e exclui quem está fora do padrão, como foi no caso citado, em que um garoto é impedido de se matricular.

Desse modo, o enfoque da questão racial no Brasil é urgente, e é preciso abordagens que possam dar conta de combater o racismo e ao mesmo tempo alcançar a realidade atuando de modo a enfrentar esse mal. Para tanto, é preciso tratar e abordar nos Institutos Federais – IF's o tema e assim possibilitar uma construção assertiva para combater o racismo por meio de ações de inclusão social.

Desse modo, a Lei 10.639/2003, que contém as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tem em sua finalidade nos artigos 26-A e 79-B inserir nos currículos da rede de ensino como nos Institutos Federais a temática racial – ampliando o debate e diálogos acerca da questão. Importa destacar que o artigo 26-A coloca que o ensino deve conter a cultura e história afro-brasileiras e especifica que deve também ter o estudo da história da África e dos africanos, a luta e a cultura dos negros no Brasil. Já o artigo 79-B inclui no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro.

Observa-se que ainda existe certa complexidade na incorporação desses conteúdos nos currículos escolares. Essa é uma realidade aquém do desejado, pois muitas vezes a experiência tem demonstrado uma escola que mitifica o Dia Nacional da Consciência Negra, criando ainda mais abismos acerca da identidade negra afro-brasileira, passando apenas pelo que se define como alegórico – não aprofundando o sentido dessa importante data e, infelizmente, sem um real aprofundamento da questão racial e étnica.

Destaca-se que as ações afirmativas da Universidade de Brasília – UNB registraram dados que demonstram a importância das cotas raciais, pois nos últimos 4(quatro) anos, cerca de 41% dos novos alunos e alunas que ingressaram na UNB são negros e negras. Existe também uma pesquisa realizada em 2010 pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – RITLA, com quase 10 mil estudantes de escolas públicas do Distrito Federal, que demonstrou que, infelizmente, o racismo impera e é naturalizado no espaço da escola. Cerca de 55,7% dos/as alunos/as admitiram ter assistido a situações de discriminação racial dentro do colégio.

A pesquisa mostrou que o racismo reverbera nas instituições escolares e revela o preconceito, mesmo com ações afirmativas implantadas. Esse é um espaço marcado ainda pela intolerância, e, diante disso, pergunta-se como desenvolver ações e atividades nos espaços de aprendizagem, por exemplo, nos Institutos Federais, a partir da reflexão sobre a temática do que significa ser negro e negra no Brasil, e como construir ações no dia da consciência negra nos IF's.

De fato, ao elaborar essas ações e atividades, é interessante questionar sobre os percalços históricos do antes e os reflexos no agora em relação à questão racial e étnica.

Conhecer também as potencialidades e os formatos que envolvem o ensino, a aprendizagem e a assistência estudantil e inclusão social, quando se trata das questões identitárias raciais e étnicas.

A relevância deste levantamento é conhecer melhor o fenômeno do racismo que aparece intimamente relacionado à formação da sociedade brasileira e a constituição cultural e social que foi disposta e impressa em nossa sociedade pela população negra, que constatemente sofreu e ainda vive discriminações.

A escravidão, a exclusão, a negação das identidades negra e indígena, todo tipo de violações naturalizadas que nos dias atuais se repetem e os discursos anticotas raciais nas universidades baseados no senso comum fazem parte desse cenário.

E esse legado de violações é uma herança maldita que atravessou os mares, deixando a população negra à própria sorte. Conforme d'Adesky colocou em sua obra "Pluralismo Ético e Multiculturalismo: Racismos e Anti-racismos no Brasil" é preciso entender que,

Para melhor entender o mecanismo das relações raciais, é de grande ajuda a análise do ideal de branqueamento. Ele não somente nos permite entrever uma complexa realidade racial que confirma o racismo como causa essencial das disparidades entre brancos e negros, como também nos revela, acima de tudo, o singular modelo das relações raciais no Brasil. (D'Adesky, 2001, p. 67)

O racismo pode ser visível e também aparecer nas entrelinhas, invisibilizado e naturalizado. Pode também surgir com formas diversas, trazendo uma ideia de superioridade de uma raça sobre outras, noção esta que imprime uma existência de raças humanas distintas e superiores frente a outras.

O racismo atinge todas as pessoas – crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas, sendo suas raízes historicamente construídas. As implicações dessas raízes são diversas. Uma adolescente negra também fica refém da massiva ideia e padrões considerados belos e aceitos socialmente, da vestimenta ao estilo de cabelo. O racismo pôde gerar o processo de despertencimento e de negação da sua identidade.

Para tanto é necessário que as políticas educacionais inclusivas estejam incorporadas nos currículos, conteúdos, programas e projetos, no sentido de atender e incluir essa diversidade existente nos Institutos, contemplando ações afirmativas, como está descrito na Lei 10.639/2003.

DOS CASOS

Existem muitas infâncias, muitas adolescências, muitas fases adultas; muitas pessoas quando reféns do racismo passam por processos de negação da própria imagem – olham para o próprio "eu" e não se veem. Para tanto é preciso compreender o significado do racismo, pois muitas vezes não se reconhece esse mal.

Sendo assim, esse "eu" é constituído por uma autoimagem, que é a forma de se ver e estar no mundo. Nesse contexto, quando uma menina de 4 (quatro) anos tem sua imagem destruída, sua identidade desqualificada, o que fazer? Em Contagem, Minas Gerais, uma menina de 4 anos estava na escola dançando quadrilha com um garoto, e foi ofendida pela avó do menino, a qual a chamou de "preta horrorosa". A agressora, a avó, ao ver o neto dançando com a menina, usou todo o seu ódio para agredi-la. A autoimagem da menina foi destruída pelo comportamento racista dessa senhora.

Casos como esse são comuns. Outro relato disponibilizado foi o de uma blogueira que, aos 13 anos de idade, enfrentou o racismo de um médico. Ela relatou que foi ao clínico geral para fazer uma consulta de rotina. Estava com o uniforme da escola e com tranças no cabelo – o detalhe é que ela tinha aprendido a fazer tranças naquele dia:

Eu entrei na sala junto com a minha mãe (que é negra também). O médico era branco e logo quando entrei, ele já me mediu da cabeça aos pés. Me examinou e tudo mais. E antes de eu sair da sala, me deu recado: "Como você sai de casa desse jeito, com esse cabelo, com essas tranças malfeitas, não passa um batom, não usa brincos? As meninas da sua idade não são assim, elas se vestem bem, são melhores. Como quer conseguir um namorado desse jeito?" (GELEDES, 2013).

Depois de escutar tudo, ela não conseguiu dizer absolutamente nada, e sua mãe apenas se rendia aos comentários do médico, concordando com aquela insanidade. Com certeza sua mãe também tinha uma ideia de que para ser negra ou negro era preciso estar dentro de um padrão aceito socialmente.

Nesses casos relatados há o discurso referente à aparência da menina e da adolescente negra, que de forma negativa vivenciaram a negação da sua identidade negra, em que o discurso estético indicou o que é considerado feio ou belo.

O ANTES

O corpo negro foi e ainda é objeto e mercadoria muitas vezes segregado e oprimido pelo discurso racista, como visto nos casos descritos. Certamente que não existem fatos, falas e práticas racistas a-históricas; as pessoas negras são parte do contexto social estabelecido. Para as pessoas negras a história é cercada de momentos violentos, a exemplo da escravatura, cercada de torturas e punição.

Destaca-se aqui especialmente a situação das crianças. Segundo a pesquisadora Luciana Esmeralda Ostetto, a criança da casa-grande poderia ser caracterizada como "anjo", "menino diabo" e "homenzinho". A criança-anjo, que corresponde à idade de 0 a 5 anos, andava nua. O menino-diabo, com 5 a 10 anos, tem um pouco mais de força e mobilidade; silenciava quando via o "senhor". Apanhava e estava sempre prestativo e solícito às vontades de seu senhor. O homenzinho, de 9 a 10 anos, é feito para o trabalho; de aspecto sisudo e porte estático – invisível e emudecido.

Logicamente que as crianças carregam para a fase adulta sua história. Segundo pesquisa de Valentim, denominada de Crianças Escravas no Brasil Colonial, as meninas escravas eram submetidas ao trabalho de cuidadoras dos filhos(as) das senhoras brancas; logo que cresciam poderiam ou não ser exploradas sexualmente pelos seus senhores.

O abandono de bebês negros pelos senhores, a venda de crianças escravas que eram separadas de seus pais, as violências cotidianas – os abusos sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas que sofriam no trabalho escravo – são parte desse antes, da história que se carrega até os dias atuais.

A história nos revela uma dinâmica perversa deste mal denominado de racismo, que está impregnado nos corpos dos negros e das negras. Conforme nos coloca Arendt, "Quanto menos agimos, quanto menos ativos nos mostramos, tanto mais este processo biológico se afirma, impõe sobre nós sua intrínseca necessidade, e nos intimida (...)" (Arendt, 1963:47).

Mas a luta de Zumbi e de Lélia Gonzalez mostrou a ruptura com a passividade. Houve o rompimento com a intimidação; cada vez mais negros e negras lutaram pela libertação por meio de estratégias de guerra, atacando de surpresa engenhos e libertando os escravos e escravas. A palavra também foi um meio para contruir outras estratégias para o enfrentamento ao racismo. Essas práticas ajudaram a concretização da revolução.

O AGORA

Agora aparecem os reflexos dessa história de escravatura e abandonos – as marcas de exclusão que foi imposta à população negra nos dias atuais são visíveis. E essas representações podem ser facilmente identificadas: o trabalho infantil doméstico, que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), afeta aproximadamente 15,5 milhões de crianças e adolescentes em todo o mundo. Destes, quase metade, 7,4 milhões, são trabalhadores domésticos com menos de 18 anos – entre 5 e 14 anos. Entre os que têm menos de 18 anos ocupados no trabalho doméstico, 73% são mulheres e 67% são negros/as que estão no trabalho infantil doméstico.

Em 2012, segundo dados do Disque Direitos Humanos, o Disque 100, foram 130.029 denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Segundo pesquisa do Ministério da Saúde, também em 2011, foram mais de 14.600 notificações de violência doméstica, sexual, e física contra crianças abaixo de 10 anos.

Para Milton Santos,

Por isso, talvez ironicamente, a ascensão, por menor que seja, dos negros na escala social sempre deu lugar a expressões veladas ou ostensivas de ressentimentos (paradoxalmente contra as vítimas). Ao mesmo tempo, a opinião pública foi, por cinco séculos, treinada para desdenhar e, mesmo, não tolerar manifestações de inconformidade, vistas como um injustificável complexo de inferioridade, já que o Brasil, segundo a doutrina oficial, jamais acolhera nenhuma forma de discriminação ou preconceito (SANTOS, 2000).

Como transformar essa herança histórica, uma realidade tão viva nos dias atuais? Para Lélia Gonzalez "(...), temos de arregaçar as mangas e fazer alguma coisa para mudar isso". De fato, a posição defendida por essa grande ativista reafirmou que é preciso fazer acontecer, para que haja o acesso às riquezas deste país, de forma equitativa, com uma real redistribuição e reconhecimento em contextos universais e locais.

A riqueza de um país é a Educação; por isso é preciso ofertar uma educação de qualidade e inclusiva, para que o acesso e a permanência ocorram de verdade. Só por meio da educação se faz uma revolução, e a ação afirmativa tem esse caráter transformador. Segundo Santos, "Ação Afirmativa é uma iniciativa pública cujo objetivo principal é adotar medidas que reparem e compensem os grupos que sofreram no passado perdas em razão de abusos de quaisquer tipos" (SANTOS, 2003, p. 89).

Desse modo, importa destacar que os Institutos Federais – IF's, em todo Brasil, vêm desenvolvendo uma política de

entrada por meio das cotas, conforme a Lei 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Os critérios são por meio das linhas de corte socioeconômico, alunos e alunas com renda familiar de até 1,5 salários mínimos *per capita*; a outra linha está relacionada à cor do candidato e candidata e sua etnia, com reservas para quem se declara negra, parda, ou indígena.

CONSIDERAÇÕES

Este ensaio poderia enumerar diversos acontecimentos que as pessoas negras já sofreram por conta do ódio racial. Mas os casos aqui relatados são suficientes para mostrar que o racismo pode destruir a identidade de uma pessoa. Servem, também, como exercício do diálogo sobre a importância em se realizar ações assertivas dentro das escolas, universidades e Institutos Federais, de modo que seja enfrentado o racismo nesses espaços.

Para tanto, o envolvimento do corpo discente e docente nos IF's é a chave para uma atuação assertiva no enfrentamento ao racismo. Uma das estratégias pensadas nos IF's para uma educação inclusiva é a criação de Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas. Esse é um ponto de partida para que as questões relacionadas às pessoas negras e indígenas estejam resguardadas em suas especificidades, de modo que haja entendimento histórico da realidade e que se implante a Lei 10.639/2010.

Por fim, a estratégia seria criar meios que potencializem a entrada e a permanência das pessoas negras e indígenas nos espaços do IF's por meio da Assistência Estudantil e Inclusão Social, tendo como premissa o apoio aos discentes, para superarem as situações de vulnerabilidade pessoal e socioeconômica.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. *Eichmman em Jerusalém*: Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo*: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record. 1998.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. *Imagens da Infância no Brasil Escravocrata*. Revista Perspectiva; r. CED, Florianópolis, 9(16):133-169, Jan/Dez. 1991.

SANTOS, Sales Augusto. Ação Afirmativa e mérito individual: In: LOBATO, Fátima; SANTOS, Renato Emerson dos (Orgs.) *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades sociais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VALENTIM, Silvani do Santos. *Crianças escravas no Brasil Colonial*. Edu. Ver, Belo Horizonte, (11): 30-38, julho, 1990.

INTERNET

FOLHA. Site: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1381174-penteado-black-power-impede-aluno-de-fazer-rematricula-em-escola-de-guarulhos-sp.shtml>>. Acessado em 14 de janeiro de 2014.

GELEDES. Site: <<http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/20394-nao-nasci-para-ser-bonita-a-autoestima-da-mulher-negra>>. Acessado em 15 de Janeiro de 2014.

LEI 10.639/2010. Site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acessado em 15 de janeiro de 2014.

LEI 12.711/2012. Site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acessado em 15 de janeiro de 2014.

R7. Site: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/muro-de-escola-e-pichado-com-frase-racista-na-zona-norte-20111018.html>>. Acessado em 13 de janeiro de 2014.

RAÇA BRASIL. Site: <<http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/155/artigo219403-3.asp>>. Acessado em 15 de Janeiro de 2014.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil Hoje. 07 de maio de 2000. Folha de São Paulo. Site: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>>. Acessado em 15 de Janeiro de 2014.

UOL. Site: <<http://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2012/09/04/adelaide-personagem-do-zorra-total-e-denunciada-por-racismo.htm>>. Acessado em 20 de janeiro de 2014.